

***Empresa Concessionária
de Rodovias do Sul S.A. -
ECOSUL***

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2009 e de 2008 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL
Pelotas - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2 S/RS

Relatório da Administração 2009

Senhores Acionistas,

A administração da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

A Ecosul – Rodovias do Sul, concessionária que administra o Pólo Rodoviário de Pelotas, comemorou durante o ano de 2009 seu décimo primeiro aniversário e sente-se orgulhosa de sua trajetória de sucesso em meio aos grandes desafios e conquistas desde o início de suas atividades. Resultado atingido através do planejamento e foco constante na eficiência de sua gestão operacional.

A concessão do trecho de 623,8 quilômetros, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, investimentos, como recuperação de rodovias, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Conscientes da vocação de prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a Ecosul firma o seu compromisso na melhoria contínua da prestação de seus serviços, de modo qualificado e sustentável, com o objetivo de tornar-se uma empresa modelo do setor de rodovias.

Pelos trechos da Ecosul, circulam 7,5 milhões de veículos, sendo 41,5% de comerciais, em sua maioria com destino ao porto do Rio Grande. A concessão também é o principal acesso para turistas uruguaios e argentinos em direção ao litoral brasileiro.

Por mais este ano, a Ecosul só tem a agradecer aos seus acionistas, colaboradores, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros, pela confiança, apoio e por contribuírem com esta história de sucesso.

Principais resultados econômicos-financeiros

Receita

A receita bruta registrou aumento anual de 12,3% em relação a 2009, totalizando R\$95.783, sendo que a receita líquida apresentou crescimento também de 12,3% em relação ao ano anterior, atingindo R\$87.487.

Tráfego

O tráfego consolidado, tanto em número de veículos pagantes quanto em número de eixos equivalentes pagantes, apresentou crescimento de 6,6% e 3,8%, respectivamente. Neste ano, a Ecosul superou os 7,5 milhões de veículos no Pólo Rodoviário de Pelotas, número correspondente a 18,1 milhões de eixos equivalentes. Este aumento ocorreu devido à queda do dólar o que influencia no processo de importação e exportação através da BR392 em direção ao Porto de Rio Grande, por onde escoam grande parte da produção do Estado.

O tráfego de veículos comerciais correspondeu a 75,6% do tráfego total em eixos equivalentes.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas tiveram aumento de 15,6% em relação ao ano de 2008, passando de R\$40.221 milhões em 2008 para R\$46.514 em 2009. Os itens de serviços de terceiros e depreciação apresentaram aumento de 42,1% e 43,3%, respectivamente em relação ao ano anterior.

EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação e amortização) no ano de 2009 atingiu R\$53.731, 15,1% superior ao ano de 2008. A margem EBITDA resultou em 61,6%, 1,7 pontos percentuais superiores quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do ano de 2009 foi 170,6% superior em relação ao ano de 2008, atingindo um resultado financeiro negativo (despesa) de R\$4.311, devido à captação de recursos para capital de giro adquirido pela Companhia.

Lucro Líquido

O lucro líquido anual apresentou aumento de 0,8%, passando de R\$23.984 em 2008 para R\$24.167 em 2009.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta da Ecosul somou R\$31.342, correspondente a um empréstimo adquirido através do Banco Santander, em moeda local (R\$) e com taxa de CDI + 2,03%. Em termos de dívida líquida, o valor foi de R\$26.669.

Investimentos

Os investimentos realizados na Ecosul ao longo do ano de 2009 foram superiores em 60,3% em relação ao ano de 2008, totalizando R\$25.483 milhões.

Governança Corporativa

A governança corporativa da Ecosul está alinhada às diretrizes de seus acionistas e às melhores práticas encontradas no mercado, com ênfase na transparência e obtenção de resultados através de normas e indicadores.

Dentro da gestão da concessionária destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticados, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o BSC – Balanced Scorecard e EVA®.

Ao longo do ano de 2009, a gestão de riscos corporativos obteve grandes avanços, com destaque para a aprovação das diretrizes de gestão de riscos pelo Conselho de Administração, em fevereiro de 2008, e efetivação do uso de metodologia para análise e avaliação de novos negócios.

Gestão de Pessoas

O setor de Recursos Humanos promove ações com objetivos que enfatizam o bem estar dos colaboradores, como os programas Qualidade de Vida, o Saúde Ativa, o Ecorunning e a Ginástica Laboral. Destacam-se ainda o Programa de Formação de Líderes para o desenvolvimento de competências dos colaboradores e o PPAECO – Programa Padrão de Atendimento Ecosul, que visa disseminar as informações e o conhecimento aos colaboradores para que o atendimento aos usuários seja cada vez melhor.

Responsabilidade Socioambiental

A política socioambiental da Ecosul determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de responsabilidade social existentes em cada uma das concessionárias de rodovias, aonde são levantadas e solucionadas pendências para se atingir um crescente nível de eficiência socioambiental.

A Ecosul orgulha-se de ser certificada pela norma de gestão ambiental ISO 14001, além da norma de qualidade ISO 9001.

O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental, voltado à educação ambiental de crianças e jovens inclui palestras para professores das escolas, instruindo os participantes em como trabalhar a questão do lixo em sala de aula e eventos que incluem a teoria dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

Além do Ecoviver, a Ecosul possui outros programas de responsabilidade socioambiental, tais como: Papai Noel Existe - campanha de doação de brinquedos às crianças carentes; programas de Redução de Acidentes, de Saúde dos Usuários, Coleta Seletiva de lixo e o projeto quintais orgânicos de frutas da Embrapa.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade à determinação da Instrução CVM nº 381/03, sobre a necessidade de divulgação de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor que não seja auditoria externa, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, não

contratamos os nossos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu para trabalhos diversos daqueles relacionados com os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Conselho de Administração:

Federico Botto

Marcello Guidotti

Roberto Koiti Nakagome

Nelson Sperb Neto

Composição da Diretoria:

Federico Botto – Diretor Presidente

Roberto Paulo Hanke – Diretor Superintendente e Relações com Investidores

Contadora

Ana Silvia de Almeida

São Paulo, 26 de janeiro de 2010.

EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.673	3.865	Fornecedores		3.624	2.388
Clientes	5	3.242	2.278	Empréstimos	10	-	20.348
Despesas antecipadas	6	380	293	Impostos, taxas e contribuições a recolher		940	721
Outros créditos		<u>677</u>	<u>562</u>	Obrigações sociais		1.532	1.331
Total do ativo circulante		<u>8.972</u>	<u>6.998</u>	Empresas ligadas	11	1.665	228
				Provisão para imposto de renda e contribuição social		2.576	2.467
NÃO CIRCULANTE				Dividendos a pagar		1.681	1.190
Realizável a longo prazo:				Programa de Parcelamento Especial - PAES	12	89	272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	5.775	898	Outras contas a pagar		<u>623</u>	<u>647</u>
Depósitos judiciais		5	-	Total do passivo circulante		<u>12.730</u>	<u>29.592</u>
Empresas ligadas	11	-	25				
Imobilizado	7	58.306	45.283	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	8	<u>280</u>	<u>218</u>	Empréstimos	10	31.342	-
Total do ativo não circulante		<u>64.366</u>	<u>46.424</u>	Programa de Parcelamento Especial - PAES	12	154	617
				Provisão para contingências	13	2.828	2.240
				Empresas ligadas	11	-	2
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	<u>78</u>	<u>121</u>
				Total do passivo não circulante		<u>34.402</u>	<u>2.980</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14.a	17.755	17.755
				Reserva de capital - ágio na incorporação	1	4.900	-
				Reserva de lucros - legal	14.c	<u>3.551</u>	<u>3.095</u>
				Total do patrimônio líquido		26.206	20.850
TOTAL DO ATIVO		<u><u>73.338</u></u>	<u><u>53.422</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>73.338</u></u>	<u><u>53.422</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita com arrecadação de pedágio	15	95.545	85.166
Receitas acessórias	15	<u>238</u>	<u>142</u>
		95.783	85.308
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos sobre arrecadação e receitas acessórias		(8.296)	(7.383)
RECEITA LÍQUIDA		<u>87.487</u>	<u>77.925</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(32.927)	(28.307)
LUCRO BRUTO		<u>54.560</u>	<u>49.618</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(13.587)	(11.914)
Outras despesas, líquidas		<u>(8)</u>	<u>(2)</u>
		(13.595)	(11.916)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>40.965</u>	<u>37.702</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	499	215
Despesas financeiras	17	<u>(4.810)</u>	<u>(1.808)</u>
		(4.311)	(1.593)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>36.654</u>	<u>36.109</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9.b	(12.646)	(12.786)
Diferidos	9.b	<u>159</u>	<u>661</u>
		(12.487)	(12.125)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>24.167</u>	<u>23.984</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)		<u>17.755</u>	<u>17.755</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$		<u>1,36</u>	<u>1,35</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de de capital - ágio</u>	<u>Reserva de lucros - legal</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		17.755	-	1.881	-	19.636
Ajustes de exercícios anteriores - aplicação da Lei nº 11.638/07	2	-	-	-	296	296
SALDOS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2008		17.755	-	1.881	296	19.932
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.984	23.984
Destinação do lucro:						
Reserva legal		-	-	1.214	- 1.214	-
Dividendos intermediários (R\$1,23 por ação)		-	-	-	21.876	- 21.876
Dividendos propostos (R\$0,07 por ação)		-	-	-	1.190	- 1.190
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		17.755	-	3.095	-	20.850
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.167	24.167
Destinação do lucro:						
Reserva legal	14.c	-	-	456	- 456	-
Dividendos intermediários (R\$1,24 por ação)	14.d	-	-	-	22.030	- 22.030
Dividendos propostos (R\$0,09 por ação)	14.d	-	-	-	1.681	- 1.681
Incorporação de controladora	1	-	4.900	-	-	4.900
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		17.755	4.900	3.551	-	26.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.654	36.109
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.758	8.996
Constituição de provisão para contingências e atualização monetária	623	1.525
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	3.254	328
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(964)	(612)
Despesas antecipadas	(87)	29
Outros créditos	(120)	(308)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.236	47
Impostos, taxas e contribuições a recolher	219	47
Obrigações sociais	201	80
Empresas ligadas	1.460	(942)
Programa de Parcelamento Especial - PAES	(646)	(253)
Provisão para contingências	(4)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-
Outras contas a pagar	(24)	434
Juros pagos	(3.291)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(12.407)</u>	<u>(12.877)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>38.871</u>	<u>32.603</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(25.702)	(16.104)
Aquisição de intangível	<u>(141)</u>	<u>(21)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(25.843)</u>	<u>(16.125)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empresas ligadas	-	(25)
Captação de financiamentos - terceiros	31.000	20.000
Pagamento de financiamentos	(20.000)	-
Pagamento de dividendos	<u>(23.220)</u>	<u>(34.431)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(12.220)</u>	<u>(14.456)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>808</u>	<u>2.022</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.865	1.843
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>4.673</u>	<u>3.865</u>
	<u>808</u>	<u>2.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	95.545	85.166
Outras receitas	<u>238</u>	<u>142</u>
	<u>95.783</u>	<u>85.308</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(18.160)	(14.910)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.287)	(5.738)
Outros	<u>(137)</u>	<u>(281)</u>
	<u>(24.584)</u>	<u>(20.929)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>71.199</u>	<u>65.090</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(12.758)	(8.996)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>58.441</u>	<u>56.094</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	499	215
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>58.940</u>	<u>56.309</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>58.940</u>	<u>56.309</u>
Pessoal	<u>9.469</u>	<u>8.390</u>
Remuneração direta	7.593	5.612
Benefícios	1.431	2.442
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	445	336
Impostos, taxas e contribuições	<u>20.843</u>	<u>21.119</u>
Federais	16.051	16.853
Estaduais	-	5
Municipais	4.792	4.261
Remuneração de capitais de terceiros	<u>4.461</u>	<u>1.809</u>
Juros	3.515	931
Aluguéis	946	878
Remuneração de capitais próprios	<u>24.167</u>	<u>24.280</u>
Dividendos	23.711	23.066
Lucro do exercício retido	456	1.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS			
Receita com arrecadação de pedágio	15	95.545	85.166
Receitas acessórias	15	<u>238</u>	<u>142</u>
		95.783	85.308
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos sobre arrecadação e receitas acessórias		(8.296)	(7.383)
RECEITA LÍQUIDA		<u>87.487</u>	<u>77.925</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(32.927)	(28.307)
LUCRO BRUTO		<u>54.560</u>	<u>49.618</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(13.587)	(11.914)
Outras despesas, líquidas		<u>(8)</u>	<u>(2)</u>
		(13.595)	(11.916)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>40.965</u>	<u>37.702</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	499	215
Despesas financeiras	17	<u>(4.810)</u>	<u>(1.808)</u>
		(4.311)	(1.593)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>36.654</u>	<u>36.109</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	9.b	(12.646)	(12.786)
Diferidos	9.b	<u>159</u>	<u>661</u>
		(12.487)	(12.125)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>24.167</u>	<u>23.984</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)		<u>17.755</u>	<u>17.755</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$		<u>1</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de de capital - ágio</u>	<u>Reserva de lucros - legal</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		17.755	-	1.881	-	19.636
Ajustes de exercícios anteriores - aplicação da Lei nº 11.638/07	2	-	-	-	296	296
SALDOS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2008		17.755	-	1.881	296	19.932
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.984	23.984
Destinação do lucro:						
Reserva legal		-	-	1.214	- 1.214	-
Dividendos intermediários (R\$1,23 por ação)		-	-	-	21.876	- 21.876
Dividendos propostos (R\$0,07 por ação)		-	-	-	1.190	- 1.190
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		17.755	-	3.095	-	20.850
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.167	24.167
Destinação do lucro:						
Reserva legal	14.c	-	-	456	- 456	-
Dividendos intermediários (R\$1,24 por ação)	14.d	-	-	-	22.030	- 22.030
Dividendos propostos (R\$0,09 por ação)	14.d	-	-	-	1.681	- 1.681
Incorporação de controladora	1	-	4.900	-	-	4.900
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		17.755	4.900	3.551	-	26.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.654	36.109
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.758	8.996
Constituição de provisão para contingências e atualização monetária	623	1.525
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	3.254	328
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(964)	(612)
Despesas antecipadas	(87)	29
Outros créditos	(120)	(308)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.236	47
Impostos, taxas e contribuições a recolher	219	47
Obrigações sociais	201	80
Empresas ligadas	1.460	(942)
Programa de Parcelamento Especial - PAES	(646)	(253)
Provisão para contingências	(4)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-
Outras contas a pagar	(24)	434
Juros pagos	(3.291)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(12.407)</u>	<u>(12.877)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>38.871</u>	<u>32.603</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(25.702)	(16.104)
Aquisição de intangível	<u>(141)</u>	<u>(21)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(25.843)</u>	<u>(16.125)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empresas ligadas	-	(25)
Captação de financiamentos - terceiros	31.000	20.000
Pagamento de financiamentos	(20.000)	-
Pagamento de dividendos	<u>(23.220)</u>	<u>(34.431)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(12.220)</u>	<u>(14.456)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>808</u>	<u>2.022</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.865	1.843
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>4.673</u>	<u>3.865</u>
	<u>808</u>	<u>2.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	95.545	85.166
Outras receitas	<u>238</u>	<u>142</u>
	<u>95.783</u>	<u>85.308</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(18.160)	(14.910)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.287)	(5.738)
Outros	<u>(137)</u>	<u>(281)</u>
	<u>(24.584)</u>	<u>(20.929)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>71.199</u>	<u>65.090</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(12.758)	(8.996)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>58.441</u>	<u>56.094</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	499	215
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>58.940</u>	<u>56.309</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>58.940</u>	<u>56.309</u>
Pessoal	<u>9.469</u>	<u>8.390</u>
Remuneração direta	7.593	5.612
Benefícios	1.431	2.442
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	445	336
Impostos, taxas e contribuições	<u>20.843</u>	<u>21.119</u>
Federais	16.051	16.853
Estaduais	-	5
Municipais	4.792	4.261
Remuneração de capitais de terceiros	<u>4.461</u>	<u>1.809</u>
Juros	3.515	931
Aluguéis	946	878
Remuneração de capitais próprios	<u>24.167</u>	<u>24.280</u>
Dividendos	23.711	23.066
Lucro do exercício retido	456	1.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do exercício de concessão em março de 2026, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização

É calculada pelo percentual de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e classificada na rubrica “Custo dos serviços prestados”, na demonstração do resultado.

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão.

Em 31 de dezembro de 2009, os investimentos para atender aos compromissos futuros estão estimados em R\$121.836 (R\$147.539 em 31 de dezembro de 2008).

Incorporação de controlada

Em 31 de agosto de 2009, mediante aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, os acionistas aprovaram a incorporação da Ecosul Participações Ltda. pela Ecosul.

Os valores incorporados referem-se ao ágio anteriormente gerado quando da aquisição das ações da Ecosul pela Ecosul Participações Ltda., líquido da provisão para manutenção do patrimônio líquido, nos termos da Instrução CVM nº 319/99; ou seja, quando da incorporação, os valores são relativos ao imposto de renda e à contribuição social diferidos (vide nota explicativa nº 9.a)).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1º de janeiro de 2008. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Companhia exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes das mudanças nas práticas contábeis contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008.

Os ajustes gerados pela adoção das normas e dos pronunciamentos contábeis são os seguintes:

	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldo anterior à aplicação da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	19.636
Efeitos da Lei nº 11.638/07:	
Ajuste a valor presente dos saldos do PAES, líquido dos efeitos dos impostos diferidos	<u>296</u>
Saldo ajustado em 1º de janeiro de 2008	<u><u>19.932</u></u>

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis, as quais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação pelas operações e a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas de serviços são reconhecidas com base na execução dos serviços, quando incorridos.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Instrumentos financeiros (inclui caixa e equivalentes de caixa)

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado se mantidas para negociação ou designadas pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do exercício.

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. As melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 7.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento.

- Intangível

Registrado ao custo de aquisição, sendo composto substancialmente por sistemas de processamento de dados. A amortização é registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 13.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Esses tributos são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

- Empréstimos

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e mantidos até o vencimento. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais aos exercícios incorridos (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

e) Lucro líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

f) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 31 de dezembro de 2009 (vide nota explicativa nº 12).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa geral	28	23
Bancos conta movimento	1.063	1.635
Numerário em trânsito (a)	716	415
Fundo de troco	247	410
Recursos não vinculados (b)	<u>2.619</u>	<u>1.382</u>
	<u>4.673</u>	<u>3.865</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágio realizada nos últimos dias do mês, a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata.

5. CLIENTES

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Cupons e cartões de pedágio a receber	3.212	2.114
Outras contas - receitas acessórias	<u>30</u>	<u>164</u>
	<u>3.242</u>	<u>2.278</u>

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição do contas a receber.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de R\$380 (R\$293 em 31 de dezembro de 2008) é composto por prêmios de seguros (vide nota explicativa nº 21).

7. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	2009		2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Pavimentações e conservação especial	16,7	86.274	(51.383)	34.891	27.305
Praça de pedágio e base operacionais	9,4	6.763	(3.593)	3.170	3.711
Sinalização e dispositivos de segurança	15,9	8.016	(5.753)	2.263	1.241
Hardware e equipamentos de pedágio	12,9	10.925	(5.524)	5.401	6.722
Máquinas e equipamentos	10,1	2.413	(1.133)	1.280	1.481
Móveis e utensílios	10	675	(253)	422	419
Terrenos e edificações	-	9	-	9	9
Drenagem e obras de arte correntes	11,9	12.793	(3.649)	9.144	3.246
Obras em andamento (*)	-	1.493	-	1.493	913
Outros	16,8	<u>1.255</u>	<u>(1.022)</u>	<u>233</u>	<u>236</u>
		<u>130.616</u>	<u>(72.310)</u>	<u>58.306</u>	<u>45.283</u>

(*) Referem-se a obras de melhoria no sistema rodoviário que estão em fase de execução. A depreciação iniciar-se-á após sua conclusão.

Em 31 de dezembro de 2009, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram capitalizados R\$157 (R\$20 em 31 de dezembro de 2008) de encargos financeiros decorrentes de financiamento obtido com terceiros.

A movimentação do saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Pavimentações e conservação especial	70.043	16.231	86.274
Praça de pedágio e base operacionais	6.702	61	6.763
Sinalização e dispositivos de segurança	6.541	1.475	8.016
Hardware e equipamentos de pedágio	10.407	518	10.925
Máquinas e equipamentos	2.370	43	2.413
Móveis e utensílios	615	60	675
Terrenos e edificações	9	-	9
Drenagem e obras de arte correntes	6.105	6.688	12.793
Obras em andamento	913	580	1.493
Outros	<u>1.209</u>	<u>46</u>	<u>1.255</u>
	<u>104.914</u>	<u>25.702</u>	<u>130.616</u>

Depreciação:

	<u>Saldos</u> <u>em 2008</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldos</u> <u>em 2009</u>
Pavimentações e conservação especial	(42.756)	(8.627)	(51.383)
Praça de pedágio e base operacionais	(2.991)	(602)	(3.593)
Sinalização e dispositivos de segurança	(5.300)	(453)	(5.753)
Hardware e equipamentos de pedágio	(3.685)	(1.839)	(5.524)
Máquinas e equipamentos	(889)	(244)	(1.133)
Móveis e utensílios	(196)	(57)	(253)
Drenagem e obras de arte correntes	(2.859)	(790)	(3.649)
Outros	<u>(955)</u>	<u>(67)</u>	<u>(1.022)</u>
	<u>(59.631)</u>	<u>(12.679)</u>	<u>(72.310)</u>

8. INTANGÍVEL

	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u> <u>acumulada</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Software de terceiros	<u>745</u>	<u>(465)</u>	<u>280</u>	<u>218</u>

A movimentação do saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>Saldo</u> <u>em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo</u> <u>em 2009</u>
Software de terceiros	<u>604</u>	<u>141</u>	<u>745</u>

Amortização:

	<u>Saldo</u> <u>em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo</u> <u>em 2009</u>
Software de terceiros	<u>(386)</u>	<u>(79)</u>	<u>(465)</u>

Os softwares adquiridos de terceiros são amortizados linearmente pelo prazo de cinco anos, cuja amortização está classificada na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para contingências, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, à capitalização de juros de empréstimos no imobilizado e ao ágio gerado pela então controlada Ecosul Participações Ltda. quando da aquisição da participação na Companhia (vide nota explicativa nº 1). Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisão para contingências	2.297	2.906
Reserva de ágio (vide nota explicativa nº 1)	14.029	-
Outros	659	(265)
Ajuste a valor presente do direito de outorga, ônus da concessão e capitalização de juros sobre os empréstimos - Lei nº 11.638/07 (*)	<u>(229)</u>	<u>(356)</u>
	16.756	2.285
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>5.697</u>	<u>777</u>
Classificados no ativo não circulante	5.775	898
Classificados no passivo não circulante	<u>(78)</u>	<u>(121)</u>
	<u>5.697</u>	<u>777</u>

(*) O efeito da Lei nº 11.638/07 refere-se à capitalização de juros e cálculo de valor presente.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(9.301)	(9.531)
Imposto de renda diferido	<u>120</u>	<u>486</u>
	<u>(9.181)</u>	<u>(9.045)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(3.345)	(3.255)
Contribuição social diferida	<u>39</u>	<u>175</u>
	<u>(3.306)</u>	<u>(3.080)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.654	36.109
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(12.462)	(12.277)
Outros	<u>(25)</u>	<u>152</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(12.487)</u>	<u>(12.125)</u>

10. EMPRÉSTIMOS

<u>Credor</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média anual de juros</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Bradesco	Nacional	Novembro de 2009	CDI + 5,5%	-	20.348
Santander (*)	Nacional	Outubro de 2014	CDI + 2,03%	<u>31.342</u>	-
				31.342	20.348
Circulante				-	<u>20.348</u>
Não circulante				<u>31.342</u>	-

(*) Refere-se à captação para capital de giro da Companhia, o qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para a operação de empréstimo foi oferecida a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento não seja efetuado.

O vencimento único da parcela não circulante é em 2014.

11. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas para execução e administração de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

As operações com empresas relacionadas estão apresentadas a seguir:

<u>Companhia</u>	<u>Balanco patrimonial</u>		
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivos circulante e não circulante</u>
	<u>Créditos diversos</u>	<u>imobilizado</u>	<u>Contas a pagar</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	-	-	359
Primav EcoRodovias S.A. (b)	-	-	31
SBS Engenharia e Construções Ltda. (c)	<u>-</u>	<u>11.358</u>	<u>1.275</u>
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>-</u>	<u>11.358</u>	<u>1.665</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>25</u>	<u>6.646</u>	<u>230</u>

<u>Companhia</u>	<u>Demonstração do resultado</u>	
	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	393	1.145
Primav EcoRodovias S.A. (b)	-	370
ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (a)	-	1.572
ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (a)	1.298	-
SBS Engenharia e Construções Ltda. (c)	<u>374</u>	<u>41</u>
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>2.065</u>	<u>3.128</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	<u>1.570</u>	<u>2.553</u>

(a) Refere-se à prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. Esses serviços eram prestados até 31 de agosto de 2009 pelas empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. Em 1º de setembro de 2009, essas empresas foram incorporadas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

(b) Refere-se ao aluguel de imóvel, onde está localizada a sede da Ecosul.

(c) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Companhia e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário da Ecosul e manutenções nas rodovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$10.975.

..

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$560. A remuneração paga aos administradores está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e ordenados	362	393
Participação nos resultados e bônus	159	153
	<u>521</u>	<u>546</u>

12. PROGRAMA DE PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - PAES para impostos federais e previdenciários, facultado pela Lei nº 10.684/03. Os pedidos de parcelamento foram protocolados em 23 e 24 de julho de 2003, respectivamente. Para ambos, o prazo é de 120 meses e os valores são corrigidos pela TJLP. A Companhia não ofereceu nenhuma garantia para esses parcelamentos.

Os valores incluídos no PAES, bem como os efeitos dele decorrentes, estão apresentados a seguir:

	<u>Contribuições previdenciárias</u>	<u>Impostos federais</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Principal	472	776	1.248	1.248
Multa e juros	<u>169</u>	<u>500</u>	<u>669</u>	<u>669</u>
Total de débitos fiscais incluídos no PAES	<u>641</u>	<u>1.276</u>	1.917	1.917
Redução de 50% da multa conforme a lei			(181)	(181)
Ajuste a valor presente			<u>(74)</u>	<u>(335)</u>
Débitos acumulados			1.662	1.401
Juros acumulados, líquidos dos pagamentos			(1.419)	(512)
			<u>243</u>	<u>889</u>
Circulante			<u>89</u>	<u>272</u>
Não circulante			<u>154</u>	<u>617</u>

Os débitos previdenciários correspondem a Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e foram homologados em outubro de 2003. Os débitos fiscais correspondem a IRPJ e foram homologados em 2006.

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com o PAES, considerando uma taxa de desconto de 13,22% ao ano, similar à captação de empréstimos obtidos, descontado o índice de inflação acumulado dos últimos 12 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi revertido ao resultado o valor de R\$261, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	-	212
2011	71	187
2012	63	165
2013	<u>20</u>	<u>53</u>
	<u>154</u>	<u>617</u>

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como provável com base na opinião de seus consultores legais. A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as prováveis perdas com os processos judiciais.

<u>Natureza</u>	<u>Saldo em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 2009</u>
Cível (a)	1.340	353	-	113	1.806
Trabalhista (b)	<u>957</u>	<u>68</u>	(17)	<u>92</u>	<u>1.100</u>
	2.297	421	(17)	205	2.906
Depósitos judiciais (c)	<u>(57)</u>	<u>(31)</u>	<u>13</u>	<u>(3)</u>	<u>(78)</u>
	<u>2.240</u>	<u>390</u>	<u>(4)</u>	<u>202</u>	<u>2.828</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2009, R\$1.942 (R\$1.751 em 31 de dezembro de 2008), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2009, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$50 (R\$75 em 31 de dezembro de 2008), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

(d) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2009, na opinião de seus consultores legais, a Companhia não possui processos tributários com avaliação de perda provável. Há processos avaliados como perda possível, que totalizam R\$6.079 (R\$5.806 em 31 de dezembro de 2008). Os principais processos referem-se aos processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não-recolhimento de valores de IRPJ e CSLL, relativas ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Companhia e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras nem nos negócios da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, fica expresso e autorizado que o capital social poderá ser aumentado, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$23.220 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (R\$34.431 em 31 de dezembro de 2008), sendo R\$1.190 referentes ao lucro do exercício de 2008 e R\$22.030 referentes a dividendos intermediários do exercício de 2009.

O montante de dividendos a pagar de R\$1.681 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2009, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária.

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	24.167
Constituição da reserva legal	<u>(456)</u>
Base de cálculo dos dividendos	23.711
Proposta da Administração:	
Dividendos intermediários	22.030
Dividendos propostos	1.681

e) Reserva de capital - ágio

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Ecosul.

15. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	57.544	51.978
Vale-pedágio	24.006	23.327
Pedágio em cupons	5.794	9.444
Pedágio eletrônico	<u>8.201</u>	<u>417</u>
	95.545	85.166
Receitas acessórias (*)	<u>238</u>	<u>142</u>
Receita bruta	<u>95.783</u>	<u>85.308</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2009</u>			<u>2008</u>		
	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	4.986	4.908	9.894	4.726	5.092	9.818
Conservação e manutenção	6.840	30	6.870	6.120	92	6.212
Serviços de terceiros (*)	4.735	7.882	12.617	4.993	3.888	8.881
Seguros	595	7	602	564	15	579
Poder Concedente	956	-	956	851	-	851
Depreciação e amortização	12.758	-	12.758	8.996	-	8.996
Outros	<u>2.057</u>	<u>760</u>	<u>2.817</u>	<u>2.057</u>	<u>2.827</u>	<u>4.884</u>
	<u>32.927</u>	<u>13.587</u>	<u>46.514</u>	<u>28.307</u>	<u>11.914</u>	<u>40.221</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	491	185
Variação monetária ativa	5	24
Outras	<u>3</u>	<u>6</u>
	<u>499</u>	<u>215</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos sobre empréstimos	(3.254)	(328)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	(466)
Outras variações monetárias passivas	(261)	(603)
Outras	<u>(1.295)</u>	<u>(411)</u>
	<u>(4.810)</u>	<u>(1.808)</u>
Resultado financeiro	<u>(4.311)</u>	<u>(1.593)</u>

18. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R\$457 (R\$403 em 31 de dezembro de 2008), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificados como ativos para negociação.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos-		
Aplicações financeiras	2.619	2.619
Passivos-		
Empréstimos	31.342	35.898

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI em empréstimos contraídos em reais.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente de clientes e empréstimos.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador dos empréstimos contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Empréstimos	Alta do CDI	<u>14.029</u>	<u>17.102</u>	<u>20.255</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	<u>8,55%</u>	<u>10,69%</u>	<u>12,83%</u>

(*) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas “versus” as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$31 (R\$31 em 31 de dezembro de 2008), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

21. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, inclusive seguros obrigatórios em virtude do cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2009, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	06/2009 a 06/2010	37.580
Responsabilidade civil	07/2009 a 07/2010	1.999
Riscos operacionais	07/2009 a 08/2010	2.000
Riscos de engenharia	08/2009 a 08/2010	1.500
Perda de receita	08/2009 a 08/2010	6.000

22. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Itens não caixa

O item que não representou movimentação de caixa refere-se à incorporação da controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

23. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 37 (*) novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

(*) Total de novos pronunciamentos técnicos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, uma vez que a forma de registro das concessões será substancialmente alterada pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Com relação à revisão da vida útil-econômica dos bens, a Administração efetuou uma análise preliminar e redefiniu as taxas que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

	Vida útil atual (taxa média) (a)	Vida útil-econômica (taxa média anual) (b)
IMOBILIZADO		
Pavimentações e conservação especial	11,1%	6,1%
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5%	6,1%
Hardware e equipamentos de pedágio	20%	20%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Demais melhorias	8%	6,1%
INTANGÍVEL		
Software de terceiros	20%	20%

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que será utilizada para o exercício de 2010 com base em estudos internos da Administração.